



Livro didático e conhecimento escolar: a proposta de Jonathas Serrano para o ensino de História

MARIA APARECIDA DA SILVA CABRAL*

Introdução

Desde a invenção da escolarização moderna a definição dos conteúdos escolares, suas formas de transmissão e avaliação estão atreladas às expectativas sociais em torno da formação dos indivíduos (CHERVEL, 1990; FORQUIN, 1992). No Brasil a partir do advento da República em 1889, a escola passou a ser vista como um lugar privilegiado para a difusão de valores e experimentação de práticas tidas como inovadoras (BOTELHO, 2002; CABRAL, 2014; GOMES, 2002; SOUZA, 1998).

Nesse contexto, intelectuais ganharam a cena pública participando ativamente de projetos gestados no Estado, que tinham como escopo principal a reforma moral da sociedade, investindo na organização de instituições escolares, escrevendo materiais formativos para professores e alunos, cujo engajamento visava à reconstrução do Brasil. Para tal grupo social, a educação foi considerada uma importante estratégia para apagar desse país as marcas históricas da escravidão e suas consequências sociais para o povo e a nação.

Faziam parte desse investimento a criação de instituições escolares, a publicação de revistas para a formação dos indivíduos, os projetos de formação de mestres e a publicação e difusão de livros didáticos e de leitura para serem usados por alunos e seus professores com o foco na construção de uma identidade nacional aliada ao desenvolvimento nacional. A História como disciplina escolar foi introduzida no currículo de estudos da instrução secundária em 1837, com a criação do Colégio Pedro II, e vem se mantendo até os dias atuais como conhecimento obrigatório na formação de crianças e jovens brasileiros¹. Vista como estratégica porque contribui para a formação de subjetividades e (con)forma identidades, tal conhecimento, desde o final do século XIX, foi sendo ressignificado de acordo com as forças sociais em torno do seus conteúdos e abordagens.

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Doutora em Educação, Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio de Janeiro – Faperj.

¹ A respeito das configurações que a disciplina História foi adotando no currículo da instrução secundária na Primeira República, estudos sobre sua história têm destacado o quanto esse conhecimento se fez impregnado de demandas sociais daquela época (BITTENCOURT, 1993; GASPARELLO, 2004).

Nessa perspectiva, considerando a definição *do que* ensinar e *como* está relacionada ao que as sociedades em diferentes tempos e espaços compreendem como conhecimento válido e, portanto, legítimo a ser ensinado às futuras gerações, interessa-nos saber de que modo Jonathas Serrano incorporou, em suas obras, novas perspectivas para o ensino de História a ser ministrado aos alunos do secundário².

Com experiência no Colégio Pedro II e na Escola Normal do Distrito Federal, Serrano tentou prescrever em seus livros didáticos algumas das situações vivenciadas nas aulas de História e transformadas em objetos de suas preocupações enquanto professor. O seu fazer como docente de História, certamente, pode ter sido um referencial importante na organização de seus livros didáticos. Por isso, o nosso foco é a sua “Pedagogia” na elaboração do conhecimento histórico escolar.

Crítico de um ensino de História que privilegiava exclusivamente a memória, Serrano se torna um otimista do método ativo no início do século XX, no processo de transmissão do conhecimento histórico escolar. Segundo ele:

já não é lícito em nossos dias [1918], graças ao progresso da pedagogia científica, seguir os velhos e condenáveis processos exaustivos da memória, em que se decoravam páginas e páginas, fazendo-se da história uma suportável nomenclatura recheada de uma fatigante cronologia.

Em verdade, o que Serrano criticou foi como o professor de História ensinava e avaliava esse conhecimento nas aulas. Parte-se do pressuposto de que este autor inovou o ensino dessa disciplina ao introduzir novas linguagens em duas de suas obras: *Epítome de História Universal* escrita em 1913 e *História do Brasil* de 1926, com a adoção de mapas e usos de imagens, pois os textos didáticos daquele período eram compostos basicamente de textos longos a respeito de cada tema ou capítulo; o que o colocava em uma posição diversa dos autores de livros didáticos de História daquela época. Vale lembrar que, a atuação de Serrano (trajetória profissional), sua produção intelectual e a relação que estabeleceu com as instituições renomadas têm sido objetos

²Agradeço ao bolsista de Iniciação Científica da Faperj, licenciando em História, Matheus Carlos de Castro Dantas, que realizou parte do levantamento dos conteúdos históricos, dos capítulos dos dois livros selecionados, para a pesquisa intitulada *Por um novo ensino de História no Brasil: a Pedagogia de Jonathas Serrano (1913-1930)*, sob a minha supervisão no ano de 2016.

de interesse no campo da História e da Educação (FREITAS, 2005; SCHMIDT, 2004, SILVA, 2011), o que aponta para a sua importância na compreensão dos processos de elaboração e transmissão do conhecimento histórico escolar e seus suportes materiais.

O livro didático como fonte documental privilegiada

Desde os anos de 1990 as pesquisas a respeito do livro didático de História têm sido privilegiadas na área da Educação e também da História, em suas mais diversas vertentes, abordando a história da *história escolar*, políticas públicas educacionais, demandas sociais na construção curricular, constituindo-o em um objeto de investigação bastante recorrente entre os pesquisadores do ensino de História. A tese de doutorado de Circe Bittencourt, sobre o livro didático e o saber histórico escolar, defendida em 1993, na USP, marca uma nova fase de estudos ao compreendê-lo como um objeto cultural complexo, pois incorpora múltiplos determinantes na sua conformação material. Aponta, sobretudo, novas perspectivas de análise para o entendimento das práticas escolares no processo de transmissão do conhecimento histórico, rompendo com certa tradição instituída nas pesquisas sobre o livro didático desde os finais dos anos de 1970, que o consideravam como uma ferramenta ideológica do Estado, passando a ser visto como o “vilão da história” (MONTEIRO, 2009).

Constata-se que de lá para cá houve não somente uma ampliação dos referenciais teórico-metodológicos nas pesquisas sobre livro didático, a partir das interlocuções com autores da História Cultural, da Teoria da História e do Campo da Sociologia do Currículo, assim como o da História da Educação, que possibilitaram a renovação de estudos nessa área, mas principalmente a constituição de uma nova forma de se investigar a produção, a circulação e os usos dos livros didáticos pelo público escolar e em geral.

De modo geral, tais trabalhos têm focalizado a introdução de novas temáticas a partir das demandas legais (Leis 10.639/03 e 11.645/08), com o estudo da introdução de novos conteúdos escolares na síntese histórica do Brasil e do Mundo, as apropriações que os professores têm feito das imagens, textos, exercícios e orientações contidas no livro didático, o modo como as editoras e os autores lidam com as demandas docentes na elaboração deste material, os usos e apropriações que alunos e professores fazem do livro didático de História

em sala de aula e fora dela, em diálogo com uma produção nacional (BITTENCOURT, 1993, GASPARELLO, 2004, MUNAKATA, 2012) e internacional (CHOPPIN, 2002).

O livro didático, inscrito em uma cultura material, tem se constituído em uma fonte documental bastante cativante por apresentar uma linguagem extremamente rica e didática no processo de difusão do conhecimento escolar. Em consonância com as finalidades no processo de ensino torna-se um veiculador por excelência de um conteúdo educativo, cabendo-lhe “transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o "saber-ser") os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se” (CHOPPIN, 2002). Nesse sentido, a sua análise permite entender quais foram os saberes priorizados em um percurso formativo (seleção) e de que modo entraram para a tradição escolar (mobilização das forças sociais).

No caso da disciplina de História, o livro didático, desde a criação da Imprensa Régia no Império em 1808, transformou-se em um vetor poderoso na divulgação de certa ideia sobre o nacional, ao ter estabelecido uma espécie de seleção cultural em que alguns conteúdos foram extremamente valorizados e outros completamente esquecidos dos programas de ensino. À ocasião da elaboração dos programas oficiais das disciplinas escolares na primeira metade do século XIX duas instituições foram responsáveis e tornaram-se decisivas na configuração do conhecimento histórico: o Colégio Pedro II (1837) e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1838).

De acordo com Vidal (2009), coube aos professores catedráticos do Colégio a construção dos programas de História de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo IHGB, que propôs um modo de “pensar” e “escrever” a História do Brasil. Gasparello (2004), em um trabalho importante sobre esse período, analisou os compêndios produzidos pelos professores do Pedro II (no Império e parte da República) e suas interlocuções com a historiografia produzida pelo IHGB. Na mesma direção, Selma Mattos (2000) investigou a produção didática na área de História de Joaquim Manoel de Macedo e Patrícia Hansen (2000) elegeu a concepção de história contida nos livros de João Ribeiro.

O que tais pesquisas evidenciam ainda, a respeito deste período, é o prestígio conferido aos sujeitos que faziam parte dessas duas instituições aferindo-lhes uma posição de destaque na sociedade; a maioria dos professores escrevia livros, participava de associações corporativas de referência para suas áreas, tendo uma parcela significativa que ocupava postos no âmbito do

Estado. Além disso, permite problematizar a configuração da História como um corpo específico de certos saberes ao apontar a chave interpretativa do estudo da trajetória dos professores/autores, que atuaram na instituição secundária modelar: Colégio Pedro II, bem como as suas produções intelectuais.

Cabe ressaltar que o campo da História e seu ensino investiga as permanências e as mudanças, sendo assim, torna-se necessário o entendimento da configuração das diversas temporalidades na reconstrução dos acontecimentos sociais. Nessa perspectiva, consideramos que os conteúdos de ensino não são inseparáveis de seu suporte material, por isso atribuímos aos livros didáticos escolares uma centralidade na transmissão da história escolar.

Esperamos com esta pesquisa demonstrar que o livro didático tem se constituído em uma excelente fonte histórica por possibilitar a verificação da legitimação de certa memória, ao mesmo tempo em que se torna um difusor bastante poderoso no processo de transmissão da cultura escolar aos alunos. Nesse sentido, pesquisas que o privilegiem enquanto um objeto cultural complexo porque envolve processo de edição, seleção de conteúdo, interfaces com as demandas sociais e expectativas em torno do projeto de escolarização de alunos, podem contribuir significativamente para a adoção de novas perspectivas teórico-metodológicas na área do ensino de História.

A crítica à memorização no ensino de História. Jonathas Serrano, um inovador no ensino de História?

Serrano nasceu no Rio de Janeiro em 1885, formou-se em Direito, foi professor da Escola Normal do Distrito Federal, a partir de 1915, importante centro de formação de professores normalistas, sendo nomeado diretor desta instituição em 1919. No ano de 1926, realizou o concurso público no Colégio Pedro II (CPII), apresentando a tese sobre a *Ideia de independência na América e as corporações de ofício na França Medieval*, onde ingressa como professor catedrático da cadeira de História Universal. Nesse mesmo ano torna-se membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB).

Essa trajetória, o credenciou, possivelmente, para produzir várias obras didáticas para o ensino de História e formação de professores, em um momento que os centros urbanos do Brasil passavam por intensas transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, decorrentes da expansão cafeeira durante

todo o século XIX e boa parte do XX, da abolição da escravidão, da proclamação da República em 1889 e da recente industrialização.

Autor de uma vasta produção intelectual, Serrano destaca-se por tentar dialogar com os referenciais teórico-metodológicos da Ciência Histórica, que norteavam a produção do conhecimento histórico no início do século XX e os ideais da Pedagogia da Escola Nova, na produção de suas obras didáticas voltada à história escolar³. Em sua proposta de ensino há uma tentativa de inovação de tal disciplina, por meio da incorporação de outras linguagens e, sobretudo, porque a sua história enfatiza a necessidade de uma relação com o tempo presente e aos interesses dos estudantes, rompendo com a ideia da repetição e memorização de fatos e personagens bastante recorrentes nas aulas de História.

Em 1912, Escragnolle Doria também professor catedrático do Colégio Pedro II prefacia a obra *Epítome de História Universal* tecendo diversos elogios. Para ele, essa obra, publicada no ano seguinte, representava uma nova orientação para os estudos históricos, porque trazia uma inovação na maneira de apresentar os conteúdos aos alunos com a apresentação de diversos quadros sinóticos, realizava uma articulação da história “propriamente dita” e da “história da civilização”, e se afastava “da árida cronologia e da seca nomenclatura”. Com isso, Doria enfatizava a importância de bons métodos para o ensino da História, que em sua visão tornava-se uma disciplina necessária para o desenvolvimento de uma cultura intelectual.

Essa afirmação de Doria nos instiga a pensar sobre o que significava àquela época um professor criticar a árida cronologia na produção de seus materiais didáticos e propor uma nova forma de conceber o ensino de História para a instrução secundária. A produção de Serrano, nos leva a problematizar os embates e as tensões em torno da manutenção ou rejeição de determinada proposta de ensino calcada no uso da memória, praticamente hegemônica no século XIX, e, sobretudo, como estas adquirem uma expressão política e social por meio do movimento *escolanovista* no início do século XX.

Serrano apregoava que o ensino de História devesse ser também pelos *olhos* e não apenas pelos *ouvidos*. Com isso, tornava-se um defensor ferrenho de uma proposta de ensino que explorasse ao máximo as diversas representações dos fenômenos sociais, tais como:

³ Dentre elas, destacamos *Epítome de História Universal* (1913), *Metodologia da história no ensino primário* (1916), *História do Brasil* (1926), *História da Civilização* (1933), *Epítome de História do Brasil* (1933) e *Como se ensina História* (1935).

retratos, mapas, gravuras etc. Sua obra *Epítome de História Universal* foi uma tentativa de organização de uma narrativa histórica constituída de textos e imagens. Embora o livro tenha sido pensado, e, portanto, destinado ao uso de alunos em sala de aula para a instrução secundária e normal, Serrano não deixou de fazer recomendações aos professores de História. Em uma nota preliminar, datada de 1918, à página 14, orienta:

cabe ao mestre comentar, explicar, referir anedotas sugestivas, comparar e analisar os tipos e as épocas, evocar o passado de tal jeito que dê aos alunos a ilusão que êle viu aquela cena, contemplou aquela paisagem, conheceu de perto aquele vulto histórico.

Serrano pretendia com sua proposta que os alunos aprendessem História, o que estava em jogo, naquele momento, é que esse conhecimento contribuísse de alguma forma, na construção da formação moral e social das futuras gerações. A História, na visão desse autor, era uma ciência que visava entender a origem e o desenvolvimento das sociedades humanas, a partir do estudo de fatos históricos relevantes e suas conexões. O método, nessa perspectiva, ganha centralidade na construção do discurso histórico, pois é ele que o instrumentaliza dotando-o de sentido.

Em seu livro *História do Brasil*, publicado em 1929, mas escrito em 1926, momento em que ingressa como professor do CP II, Jonathas Serrano apresenta ao leitor, no prefácio, o plano de sua obra, que segue organizada por capítulos constituídos, de um tema principal e suas subdivisões em forma de tópicos, texto principal (narrativa histórica), perguntas, imagens de personagens, gravuras, pinturas com as respectivas localizações, sinopse cronológica, fontes documentais (leitura) e bibliografia relacionada a cada capítulo.

Ainda, na introdução desse livro, quando Serrano se refere à necessidade de os estudos históricos ganharem uma “nova orientação”, chama a atenção para que o professor do ensino secundário desenvolva trabalhos com os alunos que possibilitem “à pesquisa pessoal, nos arquivos, nas bibliotecas adestrando-os na crítica imparcial, sem cujo emprego não existe verdadeira história”. (SERRANO, 1968:13). Tal posição nos leva a duas ideias estruturantes de sua obra, que são singulares, mas estão intrinsecamente relacionadas. A primeira se inscreve na própria visão de História, que esse autor defende em seus escritos, dotada de objetividade, portanto, científica, constituinte de toda a sua narrativa; a segunda se materializa na forma como

ele constrói sua narrativa, estruturada nessa obra pelos textos, imagens, perguntas, gravuras e quadros.

A memorização, mas, principalmente, a importância que as exposições verbais dos professores adquirem nas aulas de História, são combatidas em a *História do Brasil*. De acordo com Serrano (1968:14),

enquanto os professores não desistirem das preleções em tom de conferência ou discursos e os alunos decorarem páginas escritas que terão grau tanto mais alto quanto mais extensas e 'eloquentes' forem, o estudo sério e profundo da história pátria será uma aspiração de reduzido grupo de especialistas.

Considerações finais

Com a realização desta investigação examinamos, em um primeiro momento, a centralidade dos livros didáticos nos processos de transmissão do conhecimento escolar no início do século XX, a partir da pesquisa em dois livros didáticos elaborados, durante a Primeira República no Brasil, produzidos por um professor conceituado do Colégio Pedro II, da Escola Normal do Distrito Federal e membro do IHGB.

A análise dos livros didáticos e as leituras realizadas possibilitaram a compreensão do método privilegiado por Jonathas Serrano, na exposição dos conteúdos históricos. Em seus livros, tal autor faz uso dos preceitos da Pedagogia da Escola Nova à medida que, propõe diversos tipos de ilustrações, como, por exemplo, imagens, mapas etc atreladas ao texto principal. Serrano também inova com a introdução de esquemas interpretativos com o uso de quadros sincrônicos, diacrônicos e cronológicos no fechamento de determinadas discussões.

Nesta pesquisa também foi possível apreender os diálogos estabelecidos por Serrano com os intelectuais de sua geração, avançamos no entendimento acerca da importância do livro didático de História no processo de difusão de representações sociais individuais e coletivas para crianças e adolescentes em situação escolar, com a leitura de pesquisas que tematizaram a configuração da história como disciplina escolar no início do século XX.

Referências Bibliográficas

Fontes: SERRANO, J. *Epítome de História Universal*. 25ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1957.

_____. *História do Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1968.

Bibliografia:

BITTENCOURT, C. M. *Livro Didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado). FFLCH. USP, 1993.

BOTELHO, A. *Aprendizado do Brasil. A nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

CABRAL, M. A. S. O primeiro gymnasio da capital no estado de São Paulo: dos programas de ensino às narrativas dos alunos. *OPSIS*, Catalão-GO, v. 14, n. 2, p. 38-55 - jul./dez. 2014.

CHERVEL, A. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria & Educação. Porto Alegre, v.2, 1990.

CHOPPIN, A. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*. Pelotas. n. 11, abr. 2002. pp. 5-24.

FREITAS, I. *A pedagogia da história de Jonathas Serrano para o ensino secundário brasileiro (1913/1935)*. Tese (Doutorado em História da Educação) – Programa de Estudo Pós-Graduados em História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. A “vulgata histórica” ou o que todo “indivíduo de certa cultura” deveria conhecer sobre o mundo no início do século XX. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 20, p. 41-72, maio/ago. 2009.

FORQUIN, J. C. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre, nº 5, 1992.

GASPARELLO, A. M. *Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

GOODSON, I. A construção social do currículo. Lisboa: Educa, 1997. _____. *As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas*. Tradução de V. Joscelyne. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GOMES, A.C. *Através do Brasil: o território e seu povo*. In.: GOMES, A.C.; PANDOLFI, D.C.; ALBERTI, V. (Orgs.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

HANSEN, P. S. *Feições & fisionomia: a História do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Acess, 2000.

- MATTOS, S.R. *O Brasil em Lições: a História como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Acess, 2000.
- MONTEIRO, A.M.F.C. *Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de História*. In: ROCHA, H. A.B; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. S. *A história na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pp.175-199.
- MUNAKATA, K. O Livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.
- SCHIMIDT, M.A. História com Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 48, pp.189-211. 2004.
- RICOUER, P. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Trad. C. M. Cesar. Campinas: SP, Papyrus, 1994.
- REZNIK, L. *Tecendo o amanhã: a história do Brasil no ensino secundário, programas e livros didáticos 1931-1945*. 1992.. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1992.
- SILVA, G. *O Batismo de Clio: catolicismo-social e história em Jonathas Serrano(1908-1931)* Dissertação (Mestrado). UFSJR. Departamento de Ciências Sociais/Curso de História, 2011.
- _____. *O Batismo de Clio: catolicismo, ensino de história e novas mídias em Jonathas Serrano (1908-1944)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.
- SOUZA, R. F. de. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*, São Paulo: UNESP, 1998.
- VIDAL, M.C. F.R. Imagens recortadas: os protagonistas da história do Brasil na narrativa didática de Jonathas Serrano. In: ROCHA, H. A.B; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. S. *A história na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pp.91-108.